

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 1/2020

----**PRESIDÊNCIA:** Leonor Pais -----

----**1.ª SECRETÁRIO/A:** Cristina Matos -----

----**2.ª SECRETÁRIO/A:** António Ferreira-----

---- Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, no Auditório dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Mangualde, que havia sido convocada nos termos legais e regimentais no passado dia dezanove de fevereiro.-----

---- Sendo vinte e uma horas e dez minutos foi feita a chamada, verificando-se as ausências dos seguintes membros municipais, senhores: Ricardo Ângelo, Justino Fernandes, Filipe Pais, Fátima Albuquerque Ribeiro, Jorge Coelho, e Rui Coelho, presidente da Junta de Freguesia de São João da Fresta, e presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, respetivamente.-----

---- Justificaram as faltas os senhores: Ricardo Ângelo e Justino Fernandes. -----

---- De acordo com o artigo 29º, n.º 2, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, foi justificada a falta do senhor Rui Coelho, presidente da União de Freguesias de Moimenta de Maceira Dão e Lobelhe do Mato, à sessão ordinária desta Assembleia Municipal do dia vinte de dezembro 2019. -----

---- Estiveram presentes os senhores: presidente da Câmara Municipal, Elísio Oliveira, vice-presidente da Câmara Municipal, Rui Costa, e os vereadores Maria José Coelho, João Lopes, Liliana Gomes e Joaquim Messias. -----

-----**LEITURA, DISCUSSÃO e VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR:**

---- Procedeu-se à votação da ata da sessão ordinária, de vinte de dezembro de 2019, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

---- Nos termos do n.º 3, do artigo 34.º, do Anexo do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na aprovação da ata os membros que não estiveram presentes na sessão mencionada, nomeadamente: Sara Sousa, Joaquim Pais, Maria Branca Paiva,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Joaquim Loureiro, Filipe Pinto, Maria de Fátima Cunha, Nelson Almeida, Rui Valério, e Alexandre Constantino, presidente da Junta de Freguesia de Alcafache, presidente da União de Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, presidente da União de Freguesias de Tavares, respetivamente. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ANÁLISE DA CORRESPONDÊNCIA:** -----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* leu a correspondência recebida, ficando à disposição dos membros da Assembleia.-----

----De salientar o pedido de autorização para a realização de um referendo local, no local da Mesquitela, por um grupo de cidadãos, a propósito da instalação de um aviário. -----

----Sobre este assunto foi solicitado ao gabinete jurídico da Câmara Municipal de Mangualde um parecer, o qual consta do processo administrativo desta sessão. Este parecer expressa que o pedido de autorização para a realização do dito referendo não está corretamente instruído. -----

----A senhora presidente da Assembleia Municipal sugeriu que se reunisse um grupo de trabalho, com um representante de cada bancada da Assembleia Municipal de Mangualde, e representantes da população da Mesquitela, e se instrísse melhor este processo. -----

----O senhor *João Tiago* interveio para dizer que, em nome do P.S. desta Assembleia Municipal, estava de acordo que se deveriam reunir os diversos intervenientes para melhor instruírem o processo. -----

----De registar também que foi dado cumprimento ao disposto nas alíneas a) e b), do n.º 1 do artigo 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, lei que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, na redação dada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março, através do email enviado a todos os membros da Assembleia Municipal de Mangualde, em vinte e dois de janeiro, do corrente ano, conforme arquivado no processo desta sessão ordinária.-----

----- **INTERVENÇÃO dos MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANGUALDE e/ou EXECUTIVO:** -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----O senhor *João Tiago* disse que era um orgulho para os mangualdenses o encerramento definitivo em Mangualde, esta semana, da “lagoa” junto ao nó da A25, um esgoto a céu aberto que finalmente foi fechado, após a construção de um emissário, a Etar ponte, que pretende tratar as águas do saneamento básico até doze mil habitantes. -----

----Foi possível fazer esta obra porque houve dinheiro, houve capacidade de fazer um projeto, uma candidatura, e houve capacidade de a executar. Também a Etar de Cubos aguarda o visto do Tribunal de Contas, a Etar de Tibaldinho, da Freixiosa, Chãs de Tavares, Abrunhosa-a-Velha, Gandufe, e Lobelhe do Mato, já estão em construção e algumas em fase de conclusão. -----

----Outra questão relacionada com o ambiente diz respeito à plantação de árvores, o que está a acontecer na Mesquitela, Freixiosa, Chãs de Tavares, Quintela de Azurara, e Santiago de Cassurrães, a chamada floresta autóctone e mediterrânica, de folha caduca, que irá proporcionar a criação de novas zonas de lazer e de interação, como a que vai surgir no Largo das Carvalhas. Pretende ser um parque intergeracional, onde todos poderão circular, com condições também para quem tem mobilidade reduzida. -----

----O senhor *Marco Almeida*, em nome da bancada do P.S., manifestou o seu pesar pelo falecimento do senhor professor António José Conceição Rodrigues, foi o último presidente da Câmara Municipal antes do 25 de Abril de 1974, nomeado pelo antigo regime, foi um homem de grandes valores, testemunhado por aqueles que viveram de perto a transição da ditadura para a democracia. Recordava-o como um homem exigente, de grande carácter, íntegro e que sempre pautou a sua atuação pelo respeito para com os outros. -----

----O concelho de Mangualde ficou mais pobre, porque perdeu um cidadão de referência.

---- A senhora *presidenta da Assembleia Municipal* propôs que este voto de pesar fosse extensivo a toda a Assembleia Municipal de Mangualde, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----Interveio a senhora *Catarina Lourenço* para dizer que a bancada do P.S.D. na Assembleia Municipal, via com agrado a construção de todas as Etar referidas porque também queriam o melhor para Mangualde. Lembrava que sempre tiveram a preocupação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com o ambiente e a prová-lo estava a proposta aprovada para o uso de produtos sem glifosato. -----

---- Quanto ao aviário na Mesquitela, a sua bancada já consultou o processo e sugeriu que não se politizasse esta questão. Ao analisar o processo constatou que existem pareceres das diversas entidades que inviabilizam qualquer atuação da Câmara Municipal de Mangualde, inclusivamente o proprietário do terreno e do aviário, tem um título de utilização de recursos hídricos, emitido em 2018, o que dá origem a que possa construir o edifício. Em 2019, o mencionado título foi extinto, por falta de veracidade numa resposta do proprietário a uma entidade, relativamente ao número de aves a instalar, pelo que deixou de ser possível construir. Entretanto, as entidades envolvidas criaram um grupo de trabalho para resolver este assunto, não havendo até hoje mais informações.---

---- Apelava às bancadas representadas nesta Assembleia Municipal para que se unissem e também criassem um grupo de trabalho, contactando a Direção Regional de Agricultura e Pescas (DRAP do Centro) para saberem como estava a situação, fazer alguma pressão, e com um trabalho devidamente fundamentado, solicitar uma reunião à DRAP com o intuito de que o aviário não seja utilizado.-----

---- O senhor *Tiago Henriques* disse que o P.S. estava de acordo em formar um grupo de trabalho, e que não se poderiam esquecer que havia formas legais de se resolver o assunto.

---- O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que ele próprio incentivou a realização do abaixo-assinado, como elemento dissuasor junto das entidades que tinham que se pronunciar para a instalação do aviário. Apesar disto, os pareceres sempre foram positivos à instalação do aviário. Havia que distinguir ainda duas fases diferentes deste processo, a construção do edifício e a instalação das aves. Na primeira, cumpriram-se todas as formalidades, na segunda os pareceres também sempre foram positivos, tendo, no entanto, surgido uma dúvida de interpretação, a quantidade de aves a explorar: 39900 (trinta e nove mil e novecentos) ou 41250 (quarenta e um mil duzentos e cinquenta), fazendo depender, ou não, de um estudo de impacte ambiental. -----

---- Sendo 41250 (quarenta e um mil duzentos e cinquenta) aves a instalar há que fazer um estudo de impacte ambiental, o proprietário, mediante esta solicitação, dispõe-se a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

baixar para 39900 (trinta e nove mil e novecentos), estando o projeto neste impasse. O projeto é o mesmo, o que tem diferido é a quantidade de aves a instalar, pelo que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tem novamente que se pronunciar -----

----O senhor *Filipe Pinto* parabenizou o executivo pela diminuição do número de vereadores com pelouros, conforme a bancada do P.S.D. já tinha sugerido. -----

----Propunha ainda que se recriasse a Feira Medieval, antigamente, aquando da sua realização, este evento trazia dinamismo à cidade de Mangualde, muita gente, e ao longo dos anos foi tendo um papel importante no que diz respeito a feiras medievais. Era um evento que promoveria a interligação das associações do concelho e que deveria constar no mapa de eventos planeados pela Câmara Municipal. -----

----O senhor *Miguel Sousa* disse estar a falar em nome da população de Pedreles, da freguesia de Fornos de Maceira Dão, pois tem havido alguma contestação pela instalação de uma antena de telecomunicações da Altice. Este tipo de arrendamento costuma ser bastante lucrativo para o proprietário do terreno, ou prédio, onde se instala a antena. A Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia deviam ter sido contactadas aquando desta instalação, e poderiam arranjar uma alternativa, ou consultar a população. Dado que isto é uma fonte de receita, seria de contactar a operadora, tentar deslocar a antena e a receita poderia reverter para a Junta de Freguesia. -----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* disse não ter entendido que o senhor *Filipe Pinto* fez uma proposta à Assembleia Municipal sobre a realização da Feira Medieval, pelo que o assunto foi retomado. -----

----O senhor *João Tiago* disse que quando se faz uma proposta é preciso saber quanto é que vai custar. A Feira Medieval custava, na altura, 100000,00€ (cem mil euros), e este valor dava para construir ou reparar mais uma Etar, ou uma estrada. A Feira Medieval pode ser feita quando houver Cineteatro, a rede viária toda composta, a rede de Etar toda executada, e quando estiverem feitos todos os equipamentos de educação e saúde. -----

----A senhora *Catarina Lourenço* respondeu que relativamente ao facto de a sua bancada não ter feito nenhuma intervenção quanto ao PPI e Orçamento para 2020, lembrou que fizeram uma proposta para a diminuição do IMI, e o senhor *João Tiago* disse que em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezembro não era altura para se fazerem alterações ao Orçamento. Além disso, durante todo o ano de 2019 foram apresentadas, pelo P.S.D., propostas para alterar o Orçamento que foram sempre chumbadas na Assembleia Municipal. -----

----Relativamente à Feira Medieval, não foi proposto fazer uma feira de 100000,00€ (cem mil euros), esta pode custar o que o executivo decidir o que pode custar. Uma possibilidade era juntar esta Feira com o Festival das Sopas, onde já estão as associações presentes e a qual também traria receita para o município.-----

----Retomava uma resposta que foi dada, pela vereação, às questões do senhor Ferrando Campos, sobre o valor das despesas com as diversas festividades realizadas pela Câmara Municipal, ao longo do ano de 2019, à qual foi dito que “a cultura não tem preço.” ----

----A senhora *Cristina Matos* disse que tinha participado na organização das anteriores feiras medievais em Mangualde. No entanto, pensava que este município não tinha histórico medieval, a nossa cultura é mais direcionada para o século 19. A feira medieval foi um evento importado para Mangualde, pois nós não temos uma tradição medieval como outros municípios, não temos um palco edificado da época. -----

----Posta esta proposta a votação, a mesma não foi aprovada, com cinco votos a favor do P.S.D, vinte votos contra do P.S., e Junta de Freguesia de Abrunhosa-a-Velha, Alcafache, Cunha Baixa, Fornos de Maceira Dão, Freixiosa, Quintela de Azurara, e União das Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, União das Freguesias de Santiago de Cassurrães e Póvoa de Cervães, União das Freguesias de Tavares, e duas abstenções da C.D.U. e Junta de Freguesia de Espinho. -----

----Tomou a palavra o senhor *Gabriel Sousa* para questionar sobre para quando estava prevista a conclusão das obras do Cineteatro, e para quando o começo das obras na zona do Relógio Velho. -----

----A senhora *Maria de Fátima Cunha* informou que havia vários caminhos, nas diversas freguesias do concelho, que após as tempestades ocorridas recentemente, estavam obstruídos devido à queda de árvores, o que fazia com que as pessoas não conseguissem entrar nos seus terrenos, pelo que gostariam de saber de quem é a responsabilidade, pois

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi dito em sessão da Assembleia Municipal que a Câmara Municipal substituíra os proprietários na limpeza dos terrenos.-----

----O senhor *Fernando Campos* disse que, em relação ao aviário da Mesquitela, a C.D.U. sempre foi a força que desde o início esteve a ajudar o povo da Mesquitela, e por isso ele estava disponível para fazer parte do grupo de trabalho para resolver a situação. -----

----O senhor *Fernando Campos* fez ainda a seguinte recomendação: *“Pela Efetiva Reabilitação do Bairro da Nossa Senhora do Castelo”*. 1- *A Câmara Municipal de Mangualde é proprietária dos terrenos e das habitações do Bairro Municipal de Nossa Senhora do Castelo. 2- Atualmente, fruto de mais 20 anos sem o «senhorio» realizar as devidas obras de manutenção, todas as casas do Bairro apresentam evidentes sinais de degradação: telhados com amianto que já não retêm as chuvas, portas e janelas podres por onde entra o frio e o vento, casas de banho sem o mínimo de condições de funcionalidade e higiene, logradouros sem qualquer ordenamento e ajardinamento, etc. 3- Há alguns anos, os serviços da Câmara Municipal contactaram os moradores, apresentando-lhes um projeto de construção de raiz de um novo bairro com casas em banda. 4- Foi transmitido aos moradores a forma de concretizar esse projeto: construção de metade das casas em terreno ainda hoje disponível, transferência gradual de moradores para as novas habitações, demolição das respetivas casas, construção das restantes, seguindo esse procedimento até os moradores estarem todos realojados. 5- Sendo as casas em banda, foi feito um inquérito junto de todos os moradores sobre quem queriam, ou não queriam, como vizinhos. 6- Os anos decorridos sem qualquer intervenção neste Bairro indicam que há um comportamento por parte da Câmara de abandono que, objetivamente, discrimina em múltiplos aspetos o Bairro Municipal de Nossa Senhora do Castelo face a outros bairros de habitação municipal da cidade. -----*

----Recomendamos: 1- *Que a Câmara retome de imediato o projeto que havia anunciado, entretanto abandonado sem qualquer justificação, de construção de um novo Bairro para realojamento dos moradores do Bairro de Nossa Senhora do Castelo. 2- Enquanto isso não se verificar, que a Câmara proceda a obras urgentes de manutenção nas casas do bairro, contactando antecipadamente todos os moradores e visitando as*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

habitações, no sentido de se efetuar um adequado levantamento das necessidades prementes. -----

----Apresentou também a seguinte moção: *“Pela Suspensão da Municipalização da Educação no Concelho de Mangualde”*. Considerando: 1- *A vontade expressa em abaixo-assinado do Sindicato dos Professores da Região Centro por cento e catorze professores e educadores, em exercício nos estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Mangualde, contra a municipalização da educação; 2- A decisão do Governo de adiar a transferência de competências do Estado para as autarquias na área da educação para o primeiro trimestre de 2022. A Assembleia Municipal de Mangualde, reunida a 27 de fevereiro de 2020, decide propor à Câmara a imediata suspensão até essa data de todo o processo de descentralização na área da educação.* -----

----O senhor *João Tiago* disse que o Governo iria adiar a execução das transferências de competências para as autarquias locais. No entanto, era diferente para quem já as tinha aceitado, não podiam agora recusá-las, e havia que cumprir os prazos, logo esta moção era inválida. -----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que no final do ano poderíamos fazer um apanhado geral de todas as competências transferidas, e depois aí talvez esta moção já possa ter fundamento.-----

----O senhor *vice-presidente da Câmara Municipal* informou que esta moção é descontextualizada, dado que as transferências de competências foram assumidas em setembro de 2019 por este executivo, e o procedimento entrou em vigor a partir de um de janeiro do corrente ano. Desde esta data que o município paga o salário ao pessoal não docente. Espantava-o ser um sindicato de professores a solicitar a não transferência de competências, exatamente aqueles que não estão abrangidos por esta transferência. O que saiu da esfera do Ministério da Educação foi a gestão do pessoal não docente, manutenção dos edifícios, fornecimento dos combustíveis, pois era mais fácil a autarquia resolver este tipo de problemas do que o Ministério da Educação, até por uma questão de proximidade.

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* fez a seguinte declaração de voto: *“Iria votar apesar de considerar que esta moção não fazia sentido.”* -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Posta esta moção a votação, a mesma foi rejeitada, com um voto a favor da C.D.U., vinte e seis votos contra do P.S., P.S.D., Juntas de Freguesia/União de Freguesias. ----

----A senhora *Catarina Lourenço* fez a seguinte declaração de voto: “*os membros do P.S.D. votaram contra porque efetivamente já foi efetuada a transferência e nesse sentido esta moção não deveria ter sido votada.*” -----

----A senhora *Cristina Matos* fez a seguinte declaração de voto: “*o seu voto contra referia-se ao facto de o protocolo já ter sido assinado entre o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Mangualde, pelo que não fazia sentido reverter a situação.*” ---

----Tomou a palavra a senhora *Maria de Fátima Cunha* para dizer que, em setembro último, questionou sobre o motivo pelo qual foram aprovadas verbas para obras na freguesia de Abrunhosa-a-Velha em que foi dada uma resposta antes mesmo do pedido ser efetuado.-----

----Relembrou também o pedido de informação que havia feito na dita sessão sobre o porquê de a Assembleia Municipal de Mangualde ter utilizado o seu email institucional para enviar um convite em nome do Partido Socialista, para uma “Conferência Económica”, a todos os membros desta Assembleia Municipal, no dia vinte e dois de agosto, e com a expressão “camaradas” no início do texto. -----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* respondeu ter sido uma decisão do serviço de apoio desta Assembleia Municipal.-----

----A senhora *Paula Osório* do serviço de apoio da Assembleia Municipal, a pedido da senhora presidente da Assembleia Municipal, respondeu que tinha dado conta de todos os pormenores do email, e que devido ao tema da conferência pensou ser um assunto interessante, sendo irrelevante, na sua opinião, o partido que primeiramente o endereçou, nem as expressões nele expressas. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que, relativamente à instalação da antena em Pedreles, o município contactou com a empresa que a instalou, a Meo, e está a ser estudado um sítio alternativo para a transferência da dita antena, conforme solicitação da população.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- Quanto à questão das árvores tombadas, até ao dia de hoje, todas as participações que chegaram aos serviços foram respondidas, quer pela autarquia, quer pelas unidades locais de proteção civil. -----

---- O Cineteatro e as obras na zona do Relógio Velho: a Câmara Municipal já aprovou o projeto de engenharia e arquitetura do Cineteatro e por consequência também já foi aprovado o financiamento, com um subsídio de 2500000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) e um esforço de capital próprio do município de 1000000,00€ (um milhão de euros). Esta era uma obra estruturante para o concelho, que um dia ainda vai influenciar a agenda cultural do concelho, no entanto havia que poupar noutras coisas para que se possa assumir este projeto. A obra na zona do Relógio Velho está consignada e espera-se que o empreiteiro comece a obra. -----

---- Quanto ao Bairro da Sr.^a do Castelo, tem havido manutenção e está em estudo uma intervenção nas coberturas por causa das infiltrações nos telhados. O município está a desenvolver uma estratégia local de habitação, juntamente com a Universidade de Aveiro, está em desenvolvimento um estudo no valor de 20000,00€ (vinte mil euros) totalmente subsidiado, para se ter um diagnóstico global como suporte para uma intervenção mais cuidada. -----

---- A senhora *presidente da Assembleia Municipal* solicitou que fosse introduzido um novo ponto na ordem do dia, o ponto 10º “*Eleição de três representantes para a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Mangualde – substituição de membros*”, devido ao facto de três dos membros que haviam sido eleitos em 2017 terem que sair da Comissão Alargada, um membro por excesso de mandatos, e dois outros membros por razões profissionais. Havia a obrigação de os substituir e por isso decidiu que os membros a nomear fossem agora eleitos. -----

---- Nos termos do 50º, da Lei 75/2013, de 12/9, são necessários dois terços dos membros da Assembleia Municipal, sendo esta constituída por trinta e três membros e estando presentes vinte e sete membros, proponho que se delibere a introdução do ponto 10º, assunto não incluído na ordem do dia. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Posto a votação, a introdução do ponto 10º “*Eleição de três representantes para a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Mangualde – substituição de membros*”, na ordem do dia, o mesmo foi aprovado por unanimidade. --

----**Ponto Primeiro da Ordem do Dia “Apreciação da Informação Escrita sobre a atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo” -----**

----O senhor *Fernando Campos* disse que desde o início do mandato o executivo municipal não respondeu a nenhum dos requerimentos da C.D.U. Considerava ser uma falta de respeito para com uma força política eleita pelos mangualdenses, por parte da Câmara Municipal, e em última análise da Assembleia Municipal. Pelo exposto iria novamente deixar cópia dos ditos requerimentos para que possam ser remetidos pela Assembleia Municipal à Câmara Municipal para resposta, e solicitava também os seguintes esclarecimentos, no que se refere à informação financeira sobre a atividade do município, enviada para esta sessão: a que se refere “*processos judiciais a aguardar recurso, pendente, 1*”, quais as responsabilidades que podem ou não vir a ser imputadas para a Câmara Municipal; “*a aguardar transito em julgado, pendente, 1*”, quais as responsabilidades que podem ou não vir a ser imputadas para a Câmara Municipal; “*inquérito, pendente, 1*”, quais as responsabilidades que podem ou não vir a ser imputadas para a Câmara Municipal.-----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que na ata de 20 de janeiro de 2020, da Câmara Municipal, podia-se constatar que foi efetuado um contrato outorgado em 1/11/2019, entre a Câmara Municipal (CM) e a COAPE - Cooperativa Agropecuária dos Agricultores de Mangualde, C.R.L., relativo à cessão de exploração de uma loja sita na Rua da Mouraria, na cidade de Lisboa, da qual a CM é arrendatária, com o intuito de nessa loja se comercializar e divulgar produtos regionais de Mangualde. Presumia que tinha havido um concurso público e desse ter ganho a COAPE, ou foi a única a apresentar proposta. -

----A dúvida da bancada do P.S.D. era sobre o porquê de a CM arrendar uma loja em Lisboa para depois subarrendar à COAPE, se existia algum benefício na renda ser a Câmara Municipal a arrendar. Tendo em conta que a COAPE tem junto da CM o seu presidente, que é simultaneamente vice-presidente da CM, questionavam se teve

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conhecimento deste concurso, que teve que ser publicitado, ou se teve conhecimento próprio e junto da entidade da qual é presidente, avisou, informou da abertura do mesmo, ou se a CM, além de publicitar o concurso público, também diligenciou junto de outras entidades do concelho, como por exemplo, a Cooperativa Agrícola de Mangualde, em Moimenta de Maceira Dão, a Adega Cooperativa de Mangualde, o Patronato, se houve esse contacto direto com a COAPE e/ou outras, e o porquê do subarrendamento.-----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* realçou que o grande mercado nacional é Lisboa e que atrai grande turismo, pelo que ter um *front office* dos nossos produtos endógenos em Lisboa era uma forma de se potenciar as vendas e potenciar a visitação ao concelho.-----

----Para se ter uma loja nesta zona de Lisboa, no Martim Moniz, não era fácil, daí a relação institucional entre as Câmaras Municipais. Posto isto, não é vocação da Câmara Municipal estar a vender produtos, e por isso abriu concurso para encontrar um operador que materializasse a ação. A Coopbei chegou a interessar-se por este assunto, mas não quis concorrer, a COAPE ganhou o concurso, e não tem só produtos exclusivos da sua cooperativa, pode ter qualquer produto de qualquer entidade que assim o queira e que identifique o nosso território. -----

----O senhor *vice-presidente da Câmara Municipal* esclareceu ainda que os benefícios do protocolo, no que se refere à bolsa de terras, questão levantada numa outra sessão e agora, são para os proprietários das terras.-----

----A loja em Lisboa, o contrato de arrendamento entre o município de Mangualde e o de Lisboa, tem o intuito de a mesma só poder ser entregue a uma cooperativa, e foram todas convidadas a participar no concurso. De realçar que manter esta loja custa dinheiro, colocar pessoas a trabalhar, colocar os produtos, desde os bordados de Tibaldinho, aos roteiros turísticos de Mangualde, vinhos, publicitar quintas privadas, adegas, tudo está representado, e só a COAPE se disponibilizou a estar presente.-----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que, na questão da bolsa de terras, tinha sido o senhor Rui Costa a assinar o protocolo como representante das duas partes, com funções distintas, mas pela Câmara Municipal e pela Coape.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Quanto à loja, questionou o senhor presidente da Câmara Municipal, porque só tinham a informação que estava na ata de reunião de Câmara Municipal. De facto, esta loja era uma mais valia para Mangualde, e isso não estava em causa.-----

----O senhor Fernando Campos solicitou uma resposta ao senhor presidente da Câmara Municipal sobre os processos descritos na informação financeira, ao que lhe foi respondido que lhe seria enviada uma resposta. -----

----*Ponto Segundo da Ordem do Dia* “**Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Protocolos de Colaboração com as Juntas de Freguesia do Concelho de Mangualde para 2020**” – Aprovação e Votação da autorização à Câmara Municipal-----

----Interveio o senhor *Miguel Sousa* para dizer que a bancada do P.S.D. iria votar a favor, e que era de louvar que ambas as partes tenham chegado a um acordo, mas questionava o porquê de só ao fim de dois anos e meio é que se introduziu o fator de correção relativamente à União de Freguesias de Mangualde e das restantes juntas e uniões de freguesia, visto a Câmara Municipal se substituir à junta em muitas atribuições, tendo o valor em causa sido distribuído pelas mesmas. -----

----O senhor *Marco Almeida*, presidente da União de Freguesias de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta, respondeu que não entendeu a dúvida do senhor Miguel Sousa relativamente às verbas, porque no protocolo de delegação de competências, os valores são iguais aos do ano anterior. Há uma proposta por parte do município para o próximo ano, o cálculo poderá ser diferente, existem algumas alterações quanto aos fatores de cálculo, população diminuiu, por exemplo.-----

----Informava ainda que esta alteração foi para todas as freguesias do concelho, umas iam diminuir o valor e outras aumentar. No que lhe dizia respeito, não estava satisfeito com esta proposta, iria debater-se na próxima negociação com a Câmara Municipal para não haver redução de verbas, mas entendia que a distribuição de verbas deve ter a sua equidade. -----

----O senhor *Alexandre Constantino*, presidente da União de Freguesias de Tavares, disse que quanto a esta distribuição de verbas, sempre se fez, foi uma ponderação,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

compensação devido a todos os serviços, intervenções que o município faz na cidade de Mangualde.-----

----O senhor *João Tiago* disse que os presidentes de junta de freguesia nesta Assembleia Municipal podem responder sempre que assim o entenderem. -----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse que nunca nenhum membro do P.S.D. impediu de falar um presidente de junta de freguesia, no entanto lembrou que numa sessão anterior, a senhora presidente da Assembleia Municipal lhe mencionou que havia questões que deveriam ser feitas aos senhores presidentes de junta de freguesia em sessão de assembleia de freguesia, ou neste caso, em Assembleia Municipal, mas ao executivo camarário. -----

----O senhor *António Monteiro*, presidente da Junta de Freguesia de Espinho, disse que quem está no terreno e percebe os problemas do povo, dá o seu valor. Os protocolos de delegação de competências, as freguesias têm as suas características próprias e houve sempre um equilíbrio saudável entre todos os presidentes de junta do concelho, pelo que os valores distribuídos são justos.-----

----A senhora *Catarina Lourenço* informou que a sua bancada já assistiu a algumas sessões das assembleias de freguesia do concelho, e o que notaram foi que alguns presidentes de junta de freguesia respondiam a questões sobre assuntos pelos quais eles não são responsáveis, e que deveriam ser colocadas à Câmara Municipal. Recomendavam que o executivo se disponibilize a estar presente nas sessões das assembleias de freguesia, pois era difícil a um presidente de junta responder a questões da oposição que diziam respeito à Câmara Municipal, e até como forma de valorizarem o trabalho dos presidentes de junta de freguesia. -----

----O senhor *Fernando Campos* disse que a C.D.U. votaria a favor, mas não podia deixar de criticar o facto de num orçamento de despesa de cerca de 27500000,00€ (vinte e sete milhões e quinhentos mil euros) apenas serem destinados às juntas de freguesia 648000,00€ (seiscentos e quarenta e oito mil euros), 2,3%, era caso para dizer que a verdadeira descentralização de competências fica por fazer. Era manifestamente pouco,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as autarquias com maioria C.D.U., neste tipo de protocolos, a verba a distribuir era em percentagem várias vezes superior. -----

----O senhor *Rui Marques*, presidente da Junta de Freguesia de Quintela de Azurara, informou que as juntas de freguesias, este ano, por acordo com a Câmara Municipal, optaram por fazer a não aceitação de transferência de competências porque não se sabiam ainda os valores que estavam em causa. -----

----Os valores explícitos nos protocolos de delegação de competências para este ano, são muito semelhantes aos do ano transato. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* disse que os presidentes de juntas de freguesias deram um bom testemunho sobre uma boa relação de trabalho em equipa. Relativamente às verbas agora a distribuir, são iguais às dos anos anteriores, o que há de novo é a transparência na fundamentação das mesmas. Houve uma redistribuição de 20%, retirada à União de Freguesias de Mangualde, pelas juntas do concelho, porque o perímetro de intervenção da junta de Mangualde, em muitos aspetos, coincide com o perímetro de intervenção da Câmara Municipal, o que era um fator de justiça em nome das outras freguesias. -----

----Ao senhor Fernando Campos informava que as juntas de freguesia não beneficiavam só deste valor de 570000,00€ (quinhentos e setenta mil euros), os milhões de euros que estamos a gastar em Etar não são contabilizados nos protocolos, mas estão nas Juntas de Freguesia. Assim como outras obras transversais que estão sediadas na cidade de Mangualde, como o Cineteatro, o Largo da Carvalha, que são para usufruto de toda a população do concelho.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, dar autorização à Câmara Municipal de Mangualde para celebração dos contratos bem como aprovar os protocolos a celebrar entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Mangualde. -----

----*Ponto Terceiro da Ordem do Dia* **“Alteração à Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Mangualde de 2020”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor, e uma abstenção, da C.D.U., a presente alteração à estrutura orgânica da Câmara Municipal de Mangualde de 2020.-----

----*Ponto Quarto da Ordem do Dia* **“Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mangualde de 2020”** – Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e seis votos a favor, e uma abstenção, da C.D.U., a presente alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal de Mangualde de 2020.-----

----*Ponto Quinto da Ordem do Dia* **“Informação interna n.º 127/2020 do serviço de execuções fiscais, de 27 de janeiro, referente à declaração de prescrição de processos de execução fiscal dos meses de março e abril de 2019”** – Aprovação e Votação da Declaração de prescrição de acordo com proposta da Câmara Municipal-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor, cinco votos contra do P.S.D., e a abstenção da C.D.U., declarar a prescrição do direito ao recebimento do preço pelos serviços prestados relativos a taxas de fornecimento de água, recolha e tratamento de águas residuais, resíduos sólidos urbanos, taxa de gestão de resíduos, taxa de conservação de redes, taxa de resíduos hídricos-água, taxa de controlo de água, bem como o respetivo IVA, com processos de execução fiscal instaurados e em curso no município de Mangualde, melhor identificados nos mapas anexos à informação apresentada, e respeitantes aos meses de março e abril de 2019, nos termos e com os fundamentos nela descritos. -----

----A senhora *Catarina Lourenço* fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada do P.S.D. votava contra pelo facto de a Câmara Municipal de Mangualde continuar inativa na resolução deste problema, já passava dos 100000,00€ (cem mil euros) de dívida da água por cobrar.”*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----*Ponto Sexto da Ordem do Dia “Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Mangualde” ao sr. Dr. João Nuno Ferreira Gonçalves de Azevedo* - Aprovação e Votação da proposta adotada pela Câmara Municipal -----

----Tomou a palavra o senhor *Fernando Campos* para dizer que consta da informação que sustenta esta atribuição, que o galardão é para ser atribuído a personalidades que se tivessem notabilizado no domínio da ciência, das artes, do desporto ou da cultura e das atividades de índole profissional, pelo que questionava por qual destas atividade desenvolvidas pelo agora galardoado é atribuída a medalha, pois considerava haver falta de fundamentação. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que o senhor Dr. João Azevedo contribuiu para o progresso de todos esses domínios, daí a atribuição da medalha ser justa e ter sido proposta. -----

----Posto este ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com vinte e um votos a favor, um voto contra da C.D.U., e cinco abstenções do P.S.D, a atribuição da medalha de ouro da cidade de Mangualde ao sr. Dr. João Nuno Ferreira Gonçalves Azevedo. ----

----O senhor *Filipe Pinto*, em nome do P.S.D., fez a seguinte declaração de voto: *os membros do P.S.D. desta Assembleia Municipal, abstêm-se nesta votação da atribuição da medalha, por acharem ainda ser um momento precoce. De facto, a pessoa em causa desempenhou as suas funções durante dez anos, mas decidiu trocar as suas funções no executivo pelas de deputado no parlamento, na ótica de ajudar o concelho junto do poder central, daí esta bancada achar ainda o momento precoce. Gostariam que esta iniciativa fosse tomada um pouco mais à frente no tempo, para que também se pudesse constatar qual era a ajuda que o senhor Dr. João Azevedo daria a Mangualde.* -----

----*Ponto Sétimo da Ordem do Dia “Declarações - nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades - LCPA)”* – conhecimento-----

----Não houve intervenções neste ponto da ordem do dia.-----

----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----*Ponto Oitavo da Ordem do Dia* **“Relatório Anual de Atividades da CPCJ de Mangualde, de 2019 – Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, art.º 18º, n.º 2, al.) h)”** – conhecimento -----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* manifestou um voto de louvor pelo seu trabalho desta Comissão Alargada, por tudo aquilo que fez, e por tudo o que gostaria de fazer mais, faltando-lhe recursos. Agradeceu publicamente o esforço de todos aqueles que, estando ligados à CPCJ, contribuem para que os problemas associados às nossas crianças e jovens possam encontrar uma solução. Dando conta, ainda, neste Relatório de uma questão que esteve muito presente que foi a de dar apoio aos pais, pois estas crianças e jovens sofrem o impacto de uma certa incapacidade de sermos mães e sermos pais, na justa medida dos desafios que se nos colocam. -----

----A senhora *Cristina Matos* disse que lamentava ter de sair, pela Lei, desta Comissão, porque tem sido uma participação que lhe tem dado muito prazer de fazer e de contribuir de algum modo. Realçou também o facto de esta Comissão ter tido à frente a senhora vereadora Dr.ª Maria José Coelho, que, pelo mesmo motivo, teve de sair, mas que desempenhou um trabalho magnífico em prol das nossas crianças e jovens. Apelava aos membros desta Assembleia Municipal que fizessem um esforço para integrarem esta Comissão, pois Mangualde, as nossas crianças e jovens precisavam deles. -----

----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

----*Ponto Nono da Ordem do Dia* **“Listagem de Compromissos Plurianuais assumidos pela Câmara Municipal de Mangualde, no período de 7 de dezembro de 2019 a 12 fevereiro de 2020, ao abrigo das autorizações prévias concedidas pela Assembleia Municipal de Mangualde, 19 de dezembro de 2018 e de 20 de dezembro de 2019, nos termos do art.º 6º, n.º 1, al. c), da Lei n.º 8/2012, de 21/2”** – conhecimento

----O senhor *Fernando Campos* questionou o senhor presidente da Câmara Municipal sobre se neste órgão não havia quem desempenhasse as funções agora contratadas, se podia esclarecer o porquê do contrato de prestação de serviços para dois postos de trabalho, que salvo melhor opinião, são necessários todo o ano. Não estaremos perante a criação desnecessária de situações de trabalho precário?-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---- A senhora *Catarina Lourenço* reforçou o pedido feito anteriormente, há cerca de um ano, à Câmara Municipal, para que seja enviada à sua bancada a listagem das diversas empresas consultadas até se chegar aquela decisão/contratação, ou se simplesmente não foi consultada mais nenhuma empresa. -----

----O senhor *presidente a Câmara Municipal* respondeu que a Câmara Municipal em permanência avalia a sua capacidade de resposta ao imenso volume de trabalho que tem num contexto de investimentos e outras atividades, e em cada caso onde encontra capacidade de desempenho das funções deficitária, procede a subcontratações para complementar essa lacuna, e ter eficácia na sua ação diária. -----

----A Assembleia Municipal de Mangualde tomou conhecimento. -----

----*Ponto Décimo da Ordem do Dia* **“Eleição de três representantes para a Comissão Alargada de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Mangualde – substituição de membros”** -----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* retomou a explicação da introdução deste ponto e lembrou que os membros eleitos foram: Cristina Matos, Sara Sousa, Joaquim Loureiro e Maria Branca Paiva. Salientou a já referida razão da saída dos membros, ficando, no entanto, a senhora Sara Sousa ainda em funções. -----

----A senhora presidente propôs a lista A, composta por: Lisete Cabral, presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão, António José Monteiro, presidente da Junta de Freguesia de Espinho, e Filomena Ferreira, do PS, convidando os restantes membros a apresentarem outras listas, caso o entendessem. -----

----A senhora *Catarina Lourenço* disse não ter sido dado tempo para a elaboração de lista, mas como a CPCJ era um assunto importante e urgente, a bancada do P.S.D. não iria colocar nenhum entrave. Propunham que na lista já apresentada fosse incluída uma pessoa escolhida pelos três partidos representados na Assembleia Municipal, formando assim uma lista única. -----

----O senhor *João Tiago* disse que a bancada do P.S.D. estava representada pelos seus cinco elementos pelo que podiam apresentar uma lista própria. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Quando eram vinte e três horas e trinta e um minutos foi interrompida a sessão, pela senhora presidente da Assembleia Municipal, por cinco minutos, para esclarecimentos entre os membros. Às vinte e três horas e trinta e seis minutos foram retomados os trabalhos. -----

----A senhora *presidente da Assembleia Municipal* informou que tinham chegado a um acordo, sendo a lista A, única, composta por: Lisete Cabral, presidente da Junta de Freguesia de Fornos de Maceira Dão, António José Monteiro, presidente da Junta de Freguesia de Espinho, Filomena Ferreira, do P.S., e como suplente Catarina Lourenço, do P.S.D.-----

----Posta a lista a votação, foi aprovada por maioria a lista A, lista única, com vinte e seis votos a favor, e um voto em branco.-----

----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----A senhora *Rosa Paula do Couto Oliveira*, de Mangualde, disse que desde a última sessão e até ao momento ainda não foram efetuadas quaisquer obras para melhorar as instalações no Jardim de Infância Conde D. Henrique e na sua envolvente, e questiona sobre o que vai ser feito até ao final do segundo período. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal de Mangualde* respondeu que a autarquia, desde setembro último, assumiu um ambicioso projeto de investir um 1500000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) na ESFA e na ACO, tendo já sido aprovado o projeto da ESFA com 880000,00€ (oitocentos e oitenta mil euros). No Agrupamento de Escolas pretendemos construir um parque infantil, aumentar a biblioteca, a sala de prolongamento, e melhorar o refeitório, faltando neste momento a aprovação da CCDR Centro para entrar em concurso. -----

----A pedido do senhor presidente da Câmara Municipal, o senhor vice-presidente, *Rui Costa* respondeu que no Jardim de Infância Conde D. Henrique, ou Jardim de Infância de Mangualde, os procedimentos têm o seu timing. Este jardim de infância pertence à ACO, o projeto está a ser acompanhado por arquitetas especialistas na área e, de facto, provavelmente vai demorar até começar a obra, não podia criar expectativas. Ao

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transferirmos as crianças para o centro escolar, foi porque lhe proporcionaríamos também mais valências.-----

----A senhora *Ana Isabel de Oliveira Coelho*, de Mangualde, questionou sobre o estado da via pública e espaços abrangentes da Rua Dr. Diamantino Furtado, mais conhecida pela rua das tampas. Morava naquela rua desde 2009 e o seu estado era degradante, as tampas de esgoto estão salientes, existem dezanove habitações, a rua tem falta de alcatrão, e foi preciso colocar rampas na entrada das garagens para os carros. Existe um terreno ao cimo da dita rua que, segundo informações, é pertença da Câmara Municipal e está a servir de lixeira. Em 2018 houve uma prova de todo terreno, teve o apoio da Câmara Municipal, foi colocada lá uma retroescavadora para abrir buracos para a prova, e as valas ficaram abertas até hoje. Havia muitas crianças nesta rua, e estas não têm onde brincar, os passeios estão sujos, com raízes de árvores salientes, que também não são podadas. Este ano também foi tirada a fonte centenária que lá existia, pelo que questionava o que vão colocar naquele espaço, pois a água continua a correr, e os fios elétricos ficaram à mostra. -----

----Agradecia à Câmara Municipal o facto de ter proporcionado a atribuição de dezoito fogos nos prédios ao fundo da rua, porque ajudou a diminuir o vandalismo, os perigos da rua, inclusive, drogas, algo de que todos os moradores têm noção. -----

----A propósito das festas em Mangualde, concordava que se diminuíssem para se ter dinheiro para arranjar aquela rua. Considerava ser uma vergonha não ter resposta a várias queixas que já foram feitas à Câmara Municipal, pelo que solicitava uma resposta do senhor presidente da Câmara Municipal sobre qual o futuro da Rua Dr. Diamantino Furtado. -----

----O senhor *presidente da Câmara Municipal* respondeu que essa zona era uma das três zonas de Mangualde considerada de insucesso urbano. Havia o esforço para que a situação se alterasse, foi contactado o promotor que está a fazer uma alteração ao loteamento, vai construir novo edifício, e em contrapartida à aprovação do projeto, teria que repor o pavimento, colocar alcatrão, compor os passeios e dar um arranjo geral àquela Rua.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----Não havendo mais nada a tratar, a senhora presidente da Assembleia Municipal propôs que a presente ata fosse imediatamente aprovada sob a forma de simples minuta, para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. Esta proposta foi aceite e a minuta da ata foi aprovada, por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa.-----

----Em seguida, quando eram vinte e três horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e sete de fevereiro, a senhora presidente da Assembleia Municipal deu por terminados os trabalhos desta sessão, encerrando-a.-----

----Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O/A Presidente,

O/A 1^o. Secretário/a,

O/A 2^o. Secretário/a,
